

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: desafios e perspectivas

Rita de Cassia Martins de Souza Anselmo

Instituto de Geografia - UFU - Brasil [ritacmsou@gmail.com]

Thaís Tannús

Instituto de Geografia - UFU - Brasil [thatytannus@gmail.com]

António de Sousa Pedrosa

CEGOT, Bolsista CAPES [aspedros@gmail.com]

Resumo

A criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi um evento marcante do ponto de vista do movimento de globalização experimentado desde o final do século XX, sobretudo porque não enveredou pela economia, fato que se tornava comum no mundo desde os anos de 1980. Pelo contrário, procurou na língua portuguesa o fator de funcionamento desta Comunidade ligada por laços históricos e culturais e movida pelo espírito de promover cada vez mais o multifacetado intercâmbio entre os seus povos, assente no respeito de valores e princípios como a democracia, paz, direitos humanos, igualdade, fraternidade, solidariedade e respeito pela diversidade cultural.

Aos desafios iniciais foram-se juntando a outros e a Comunidade tem vindo sistematicamente a tentar ultrapassar as fragilidades inerentes a si mesma. Ao mesmo tempo, vem tentando posicionar-se internacionalmente enquanto um mecanismo eficiente de interlocução junto aos demais países e blocos de poder presentes na atualidade.

Este trabalho visa traçar um panorama da formação da CPLP no contexto da globalização, sinalizando as suas potencialidade e qualidades de forma a tornar-se um agente decisivo nas negociações internacionais, bem como de assinalar os limites e os desafios dessa organização.

Entende-se que é importante que a CPLP consolide o seu sentido de comunidade de forma que a construção de uma identidade cultural represente, neste contexto de um mundo globalizado, uma mais valia no sentido diplomático-político, comercial e mesmo tecnológico de forma que os diversos povos que a constituem sintam a sua necessidade e se empenhem na sua construção.

Palavras-chave:

*CPLP;
Identidade cultural;
Globalização;
Blocos de poder.*

Abstract

The establishment of the Portuguese Language Countries Community (CPLP) was a landmark event in terms of the globalization movement experienced since the late twentieth century, mainly because it not occurred by the economic sector, fact that became common in the world since the 1980s. Rather, searched in the Portuguese Language the operating factor of this community, bounded by historical and cultural ties and increasingly moved by the spirit of promoting the multifaceted exchanges between their peoples, based on respect for the values and principles of democracy, peace, human rights, equality, fraternity, solidarity and respect for cultural diversity.

To the initial challenges have joined others and the Community has systematically trying to overcome the weaknesses inherent to itself. At the same time, has been trying to position itself internationally as an efficient mechanism for dialogue with the other countries and power blocs of today.

This paper aims to give an overview of the CPLP formation in the globalization context, signaling their potential and qualities in order to become a major player in international negotiations as well as to point out the limitations and challenges of this organization.

We understand how important is that the CPLP consolidate their sense of community, such that the construction of a cultural identity represents, in this context of a globalized world, a gain in the politic, diplomatic, commercial and technological sense so that the people in it encompassed feel their need and commit themselves to its construction.

Key-words:

*CPLP;
Cultural identity;
Globalization;
Power blocs.*

I. Introdução

A criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, em 17 de julho de 1996, foi um evento importante do ponto de vista do movimento de globalização experimentado desde o final do século XX. Paralelamente à criação dos blocos económicos que se alastraram pelo mundo desde os anos de 1980, a Comunidade formou-se de uma forma especialmente ligada às características linguísticas de seus oito membros. Sua sede se localiza em Lisboa e o seu atual secretário executivo é Domingos Simões Pereira, da Guiné Bissau.

A formação da Comunidade visa estabelecer laços comuns entre países com características extremamente diversas em termos de suas economias e de suas conduções políticas. Portugal e Brasil destacam-se enquanto países cujas economias encontram-se mais consolidadas, ao passo que os demais dependem fortemente de ajuda

externa, inclusive da ONU. Estes obtiveram a independência política em tempos mais recentes e ainda sofrem sequelas derivadas do colonialismo, embora se deva ressaltar a importância de alguns países como Angola que vêm despontando economicamente nos últimos anos.

Há vários desafios a serem enfrentados pela Comunidade no sentido de se colocar internacionalmente enquanto um mecanismo eficiente de interlocução junto aos demais países e blocos de poder presentes na atualidade.

Este artigo visa traçar um panorama da formação da CPLP no contexto da globalização, sinalizando suas qualidades e possibilidades de se tornar um agente decisivo nas negociações internacionais, bem como de assinalar os limites e os desafios dessa organização.

II. A importância da globalização na configuração do sistema-mundo atual e o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A expansão capitalista sobre o globo iniciou-se a partir do século XV com a expansão marítima, cuja atuação primeira se verificou na África e Ásia, estendendo-se, depois, à América, Oceania e diversas ilhas nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico. Esta é a fase do capitalismo comercial, que, por sua vez, foi movido pelos lucros do colonialismo, caracterizando-se por ser o momento em que começaram os primeiros passos da mundialização. É, no entanto, no final do século XIX e início do século XX que se verá, “(...) o comércio internacional crescer espetacularmente. Na verdade, com

o imperialismo, instala-se uma verdadeira pilhagem de recursos naturais da África, da Ásia, da América Latina e do Caribe e, mais do que isso, deixa-se um séquito de devastação e desordem ecológica e social. Até mesmo duas guerras acabaram envolvendo a Europa na desordem generalizada que a dinâmica expansionista inerente ao capitalismo acaba impondo a todos”. (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 25).

A consolidação dos Estados Nacionais Modernos durante o século XIX cumpriu

nesse processo um papel fundamental em que as fronteiras e os limites foram sendo estabelecidos. No caso dos países coloniais, esses limites foram traçados de maneira artificial, não correspondendo exatamente aos princípios europeus. Desta forma, “(...) *os continentes eram divididos por fronteiras artificiais, de acordo com os interesses da metrópole e as populações submetidas pela mais forte dominação e exploração, passou a dominar quase toda a superfície da Terra, provocando, naturalmente, uma reação nacionalista dos dominados*”. (ANDRADE, 2001, p.68).

Não será novidade dizer que a formação das “culturas nacionais” constituiu-se como base da formação dos Estados Nacionais, na Europa. Segundo Ortiz, essa formação, (...) *pressupõe um grau de desterritorialização, liberando os indivíduos do peso das tradições regionais geograficamente enraizadas. Essas transformações são possíveis porque a constituição das nações se sustenta em outro fenômeno: o surgimento da modernidade. Não me refiro a ela enquanto filosofia, ou pensamento racional, expresso muitas vezes nos ideais do iluminismo. Mas à modernidade como organização social à qual corresponde um estilo de vida, um modo de ser. O mundo industrial reformula as condições anteriores, implicando a rearticulação do próprio tecido social. [...] A modernidade se materializa na técnica*. (ORTIZ, 2000, p 45).

O processo da formação nacional e a divulgação de determinadas culturas foram bem utilizados durante a colonização como modo de difundir os valores da metrópole e mesmo hábitos de consumo, levando à instalação de um processo de mundialização em que os valores europeus estenderam-se

por todos os lugares conhecidos, ora sendo bem assimilados, ora causando movimentos de resistência profundos.

A mundialização só é plenamente realizada no século XX, quando a produção industrial estimula a distribuição em massa ao nível da escala mundial. Este processo toma maior amplitude com o desenvolvimento das tecnologias e dos meios de comunicação, que promove a mundialização de uma cultura inteira, alimentada por um sistema produtivo hegemónico condutor primordial de todo esse processo.

As tecnologias “(...) *têm evidentemente uma influência capital na mundialização da cultura, formando a infraestrutura material para que ela se consolide. [...] Ocorre inclusive um tendência à unificação do sistema tecnológico existente, contribuindo para a integração mundial*” (ORTIZ, 2000, p. 63).

O desenvolvimento tecnológico desempenhou papel fundamental para que o capital, nesta fase, pudesse reproduzir-se em escala ampliada permitindo que se instalasse um processo de globalização em que o Estado garantia as condições básicas necessárias para o seu desenvolvimento, ou seja, a expansão do comércio e do sistema financeiro mundial.

Este momento está associado ao período que vai do pós II Guerra até às crises do petróleo na década de 1970, altura em que o mundo se dividia essencialmente em dois blocos de poder: o conjunto de países alinhados ao capitalismo estadunidense e o conjunto de países alinhados ao socialismo soviético. Ambos tinham interesses económicos globais e de exploração de recursos. Foi o

momento de predomínio do Estado do Bem-Estar Social no mundo capitalista, que, a partir da Segunda Guerra Mundial, também passou a funcionar como distribuidor de renda, controlador da ampliação do mercado de consumo, e a garantir os salários e os benefícios reivindicados pelos trabalhadores (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 40).

O que se observou após a década de 1970, quando os choques do petróleo marcaram definitivamente o fim dos anos dourados conforme Hobsbawm (1995), foi a instalação de um processo que vem sendo chamado de globalização em que os Estados aparentemente tenderiam a perder (ainda que não absolutamente) a sua soberania, nomeadamente nos seus aparelhos tradicionais, como a saúde e educação, chegando a propor-se, em última instância, a unificação mundial por meio dos Blocos Económicos.

O poder dos Estados nacionais modernos, historicamente construídos ao longo dos séculos XIX e XX, começa a ser posto em questão justamente na fase em que os bancos e grandes conglomerados empresariais e financeiros começam a operar e a realizar investimentos em escala global. A expansão da globalização, contudo, não se difundiu da mesma maneira em todos os lugares, tendo-se verificado uma integração, neste processo, de acordo com os interesses locais e, sobretudo, das classes dominantes e de suas articulações por dentro do “bloco histórico” a que pertencem. Este conceito desenvolvido por Gramsci adequa-se muito bem à reflexão que aqui se quer fazer, ou seja, a recomposição de forças junto ao poder do Estado, ocorrida com a crise do sistema

capitalista depois dos anos de 1970. A força dos grandes conglomerados empresariais, sobretudo o financeiro, assume um poder tal que sua hegemonia os coloca acima de todos os demais grupos, perante o jogo de forças que sustenta os Estados nacionais modernos. Desta forma, não é a instituição Estado em si que perde a força tal qual é tão vulgarizado, mas o próprio Estado enquanto instituição foi remodelado para atender à nova composição de forças das classes dominantes, em que a hegemonia dos grupos financeiros subjuga todos os demais interesses de uma sociedade inteira e a coloca como refém de uma estrutura extremamente rígida.

A globalização económica, no contexto dos anos de 1970 foi uma saída interessante do ponto de vista das classes detentoras do poder no sentido “revigorar” o sistema capitalista. Segundo Haesbaert e Porto-Gonçalves, possui quatro facetas, “(...) a comercial, a produtiva, a tecnológica e a financeira. Políticas neoliberais e de desregulamentação mundo afora nas décadas de 1980 e 1990 foram decisivas na consolidação desse processo, aliadas a um novo padrão tecnológico que permitiu a enorme aceleração das trocas de produtos, capital e informações, além de ter facilitado a própria circulação de pessoas” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 41).

A tecnologia desempenhou desde o início, um papel essencial ao diminuir as distâncias e controlar o tempo, valorizando, acima de tudo, a informação, ao passo que a ciência, por essa via, atinge um elevado patamar de reconhecimento já que o desenvolvimento tecnológico está dependente da sua atuação. A informatização permitiu que o próprio espaço geográfico atendesse aos interesses tanto

da economia, como da cultura e da política, que são progressivamente incorporados em redes mundiais. A especialização dos lugares começa a verificar-se pela diferenciação daqueles que possuem o acesso à tecnologia e à informação relativamente àqueles que não o possuem. A produção, por sua vez, torna-se mais flexível, obedecendo aos fluxos de capitais coordenados por complexos e velozes sistemas de informações.

É neste contexto que as fronteiras políticas têm o seu papel resignificado permitindo que ocorra uma redefinição das escalas, por exemplo, do Estado-nacional para o Bloco económico. O primeiro grande bloco económico, modelo geral de todos os demais, teve início com a experiência europeia a partir da Comunidade Económica do Carvão e do Aço – CECA, logo após a Segunda Guerra Mundial, até chegar à instituição da União Europeia – EU, em 1999. Haesbaert e Porto-Gonçalves definem os Blocos Económicos como, “conjuntos de Estados-nações em que as relações de aproximação ou semelhança (internas ao bloco) se afirmam sobre as de distanciamento e diferenciação (externas ao bloco), tanto no sentido político-económico quanto sociocultural. Também podem ser produto de uma regionalização do mundo em que se sobre-valoriza e dimensão político-militar. A maior fluidez do espaço mundial contemporânea e a substituição dos blocos político-ideológicos “socialista” e “capitalista” colocam em questão a idéia de bloco internacional de poder, restrito agora à noção de bloco económico regional” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 147).

Aparentemente, a formação dos Blocos é contraditória à lógica do capitalismo e do neoliberalismo económico

em desenvolvimento. No entanto, complementam-se na defesa de um ‘mercado livre’ e ampliação dos mercados no interior de um espaço comum, a fim de ampliá-los para o exterior do Bloco num esforço conjunto de todos os seus membros, cujo objetivo é o lucro potenciado.

Mesmo que vocacionados para a economia e a acumulação de capital, sempre ficaram claros, por dentro dos blocos económicos formados, os fortes interesses políticos em jogo, mesmo que no âmbito económico, perca “*poder para as grandes corporações nos níveis local e global, o aparato estatal continua com uma função relevante na medida em que procura exercer controle (bastante variável segundo o país) sobre a moeda, os juros e as taxas de câmbio, a jurisdição da propriedade de terra (além de possuir vastas áreas sob sua gestão direta, sobretudo áreas militares), a manutenção de subsídios em setores estratégicos (ou com lobbies muito fortes) e o controle, direto ou indireto, de recursos estratégicos*” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 59).

Nesse contexto de globalização e de formação de blocos económicos que se espalham como tendência mundial desde os anos de 1980, constituiu-se a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, enquanto uma comunidade de caráter político-cultural.

Ao relacionar-se o processo de globalização com os objetivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, verificam-se reflexos na sociedade dos países envolvidos e, de uma forma mais específica, em suas bases culturais. É necessário ponderar que as mudanças neste campo são processadas em um ritmo diferente da economia, com

uma capacidade superior de preservar características dos modelos anteriores.

Ortiz (2000) procede a uma diferenciação interessante nos conceitos “global” e “mundial” já que emprega o primeiro a processos económicos e tecnológicos, mas reserva a ideia de mundialização ao domínio específico da cultura. *“A categoria “mundo” encontra-se assim articulada a duas dimensões. Ela vincula-se primeiro ao movimento da globalização das sociedades, mas significa também uma “visão de mundo”, um universo simbólico específico à civilização atual. Nesse sentido ele convive com outras visões de mundo, estabelecendo entre elas hierarquias, conflitos e acomodações. Por isso, prefiro dizer que o inglês é uma “língua mundial”. Sua transversalidade revela e exprime a globalização da vida moderna; sua mundialidade preserva os outros idiomas no interior deste espaço transglóssico”.* (ORTIZ, 2000, p. 29-30).

A mundialização consiste, portanto, num fenómeno social que se refere às relações culturais, que para existirem, têm que ser contextualizadas no cotidiano da sociedade. Ainda segundo Ortiz, historicamente, *“... uma civilização se estendia para além dos limites dos povos, mas se confinava a uma área geográfica determinada. Uma cultura mundializada corresponde a uma civilização cuja territorialidade se globalizou”* (ORTIZ, 2000, p. 31-32).

Pela história comum aos países membros da CPLP, a aproximação entre os mesmos não é um fenómeno recente, assim como, também não se encontra exclusivamente relacionada com mundialização da cultura: ao longo do processo de sua formação, várias outras intenções no campo da política e da economia precisam ser consideradas, justificadas também pelos desdobramentos da globalização económica, na qual a Comunidade também procura inserir-se ativamente.

Reiterando este raciocínio, Teixeira Santos, na ocasião da primeira reunião dos Ministros de Finanças da CPLP, em 2009, afirmou que *“os países da CPLP devem, como membros da comunidade global, participar activamente nesse processo, contribuindo para a implementação de políticas anti-cíclicas e de reformas estruturais para fortalecer a economia real, os mercados financeiros e as instituições financeiras internacionais”* (<http://www.brazilplanet.info/Noticias/Acesso, Out., 2009>).

Cabe então o esforço de analisar as formas como a CPLP pretende inserir-se no contexto internacional, de maneira mais detalhada, levando em conta as questões culturais, principal motor de sua constituição, e avançar para outras questões que não aparecem nas intenções formais colocadas para sua constituição.

III. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Contexto da Globalização

Uma maneira de compreender melhor a inserção, o papel e a importância da CPLP no contexto da Globalização é fazer uma breve análise das dinâmicas políticas e económicas,

com o objetivo de podermos analisar as perspectivas e os desafios colocados à Comunidade. Entende-se a dimensão económica como fundamental para o apoio

e consolidação das relações políticas no contexto das relações internacionais atuais. Entretanto, a análise do contexto económico dos países de língua portuguesa congregados requer um esforço considerável, já que o seu conjunto é amplamente diferenciado: entre os membros da CPLP há grandes desigualdades demográficas, de rendimento *per capita*, de analfabetismo e de outros indicadores como, por exemplo, o IDH e o PIB.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, é gerado por meio da análise de três critérios fundamentais: a educação – a qual é avaliada sob os aspectos da taxa de alfabetização e da taxa de escolarização; a longevidade – medida a partir da expectativa de vida; a renda – baseada no PIB *per capita*. O IDH é utilizado, principalmente, como medida de qualidade de vida e de bem-estar da população em uma escala que varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total).

Os países são classificados em quatro níveis de desenvolvimento: muito elevado, elevado, médio e baixo.

Portugal é considerado, nesta classificação, como de desenvolvimento humano muito elevado, enquanto o Brasil está como país de desenvolvimento humano elevado. Cabo Verde apresenta-se com um desenvolvimento humano considerado médio enquanto os restantes países que compõem a CPLP situam-se na área de baixo desenvolvimento humano (Tabela 1).

Em relação ao Produto Interno Bruto – PIB, o Brasil desponta como a maior economia do grupo, enquanto São Tomé e Príncipe se apresentam em último lugar do ranking dos países membros da CPLP (Tabela 1). Países como Brasil, Angola e recentemente Timor-Leste tem sofrido um incremento no seu PIB o que demonstra a vitalidade das suas economias (<http://www.indexmundi.com/> Acesso Set., 2012).

Países da CPLP	PIB		PIB per capita		HDI		
	Ranking	(US\$)	Ranking	(US\$)	Ranking	Tipologia	
Angola	66	117200	139	6000	148	0,486	Baixo
Brasil	7	2324000	101	11900	84	0,718	Elevado
Cabo Verde	188	2080	161	4000	133	0,568	Médio
Guiné-Bissau	189	1950	208	1200	176	0,353	Baixo
Moçambique	120	24190	209	1100	184	0,322	Baixo
Portugal	50	252200	55	23700	41	0,809	Muito Elevado
São Tomé e Príncipe	211	380	185	2300	144	0,509	Baixo
Timor-Leste	151	9630	119	8800	147	0,495	Baixo

Tabela 1. Produto Interno Bruto e Índice de Desenvolvimento Humano por país da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

PIB - Dados em milhões de dólares (US\$), relativos ao ano de 2011. Fonte: <http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=65&l=pt>. Acesso em 26 de setembro 2012.

PIB *per capita* – Dados em milhares de dólares (US\$), relativos ao ano de 2011. Fonte: <http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?t=0&v=67&l=pt>. Acesso em 26 de setembro 2012.

HDI - Dados de 2011. Fonte: <http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi/> Acesso 26 de setembro 2012.

Quando analisamos o PIB per capita, os valores apresentam-se relativamente baixos no contexto mundial destacando-se Portugal que surge apenas em 55º lugar e o Brasil que apesar de ser a sétima economia mundial apresenta, ainda, um PIB per capita muito baixo. Os restantes membros apresentam valores baixos salientam-se Guiné-Bissau e Moçambique cujos valores são dos mais baixos do mundo.

Gonçalves alega que os países constituintes da comunidade não se apresentam homogéneos e que nos “(...) países africanos membros da CPLP, são evidentes as diferenças em potencial de riqueza que separam Angola, com elevados recursos minerais e agrícolas; Moçambique, com alguns desses recursos e uma situação geográfica atrativa para grandes investidores com interesses na África do Sul, e as três economias menores (Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), em espaço, dimensão dos mercados internos e recursos naturais. Aliás as duas economias mais fortes da CPLP (Brasil e Portugal) também apresentam enormes diferenças, apesar de podermos classificar ambas como emergentes. A primeira dessas diferenças é a dimensão de cada uma, a que se soma o tipo de mercados regionais a que pertencem (MERCOSUL e União Européia)”. (GONÇALVES, 2001, p. 149).

O Brasil, nos últimos anos, vivencia um crescimento económico significativo, mas que não se expressou necessariamente em desenvolvimento social e distribuição de renda. O que explica o fato de, mesmo apresentando o sétimo maior PIB mundial no ano de 2011, não estar colocado nas primeiras colocações de índices como o IDH,

embora não se possa negar a sua ligeira melhora no ranking deste índice nos últimos anos.

O país agora desponta como potência e referência internacional em modelo de desenvolvimento económico e de iniciativas de cunho social, principalmente para outros países subdesenvolvidos que anseiam alcançar uma trajetória parecida para o seu desenvolvimento.

A economia brasileira destaca-se em diversos aspectos relacionados com a produção agrícola nomeadamente na produção de *comodities* como cana-de-açúcar, soja, café e na criação de bovinos. O seu parque industrial, bastante diversificado, concentra-se na região sudeste do país e teve seu desenvolvimento de forma expressiva a partir dos anos 30 do século XX. A abertura de novos mercados internacionais tem apresentado impulso maior nas últimas décadas deste século.

No âmbito da CPLP, o Brasil apresenta, assim, importância fundamental no sentido, de se conseguir uma maior e efetiva integração económica do grupo, já que detém atualmente a economia mais dinâmica e com maior crescimento entre os oito países membros, ao mesmo tempo, que tem manifestado claramente a intenção de se tornar uma liderança internacional ativa no Atlântico Sul.

Portugal, por sua vez, é, desde 1986, membro efetivo da União Europeia tendo aderido à União Económica e Monetária (EUM), do que resultou a entrada no país na Zona do Euro, em janeiro de 1999. Desde a altura em que se integrou a UE, Portugal experimentou um grande crescimento e

desenvolvimento estrutural, económico e social, tendo beneficiado de diversas políticas de integração e investimentos com o objetivo de permitir a coesão de setores como do território, da moeda, das políticas estatais e da infraestrutura. Atualmente, a economia de Portugal é sustentada pelo setor de serviços. Segundo o site da embaixada de Portugal em Estocolmo, “em 2011, agricultura, silvicultura e pescas representaram apenas 2,1% do VAB (contra 24% em 1960) e 9,9% do emprego, enquanto a indústria, construção, energia e água corresponderam a 23,3% do VAB e 27,3% do emprego. Os serviços contribuíram com 74,5% para o VAB e representaram 62,8% do emprego” (<http://www.embassyportugal.se/> Acesso Set., 2012).

De fato ocorreram esforços na direção da especialização da indústria transformadora, da modernização das atividades industriais tradicionais e da incorporação de novos setores com maior incorporação tecnológica. Porém, apesar de se terem notado mudanças notáveis com a sua entrada para a EU, o país, ainda não conseguiu atingir a sua meta para desenvolvimento económico e social dentro do bloco europeu. Portugal, nos últimos anos, nomeadamente a partir de 2008, tem vindo a perder competitividade económica devido ao mercado de trabalho deficiente, à não existência de um setor produtivo eficiente quer seja agrícola, quer seja industrial, à fraca adaptação às alterações de mercado, entre outros problemas.

Assiste-se a uma cada vez maior aproximação da condição periférica do país dentro do espaço europeu, agravada cada vez mais com o alargamento do Bloco para o Leste do continente e a mudança de foco de

desenvolvimento para outros países que não Portugal, Espanha e Grécia, tidos, até então, como os que mais precisavam de apoio e incentivos.

A despeito da situação mais recente, de todos os membros da CPLP, Portugal e Brasil apresentam-se como os mais desenvolvidos quer no que se refere ao setor económico quer, também, em várias vertentes do setor social podendo providenciar suporte mais consistente a todo o grupo.

Esta parceria também é importante uma vez que: “... ninguém, como Portugal, pode funcionar como parceiro privilegiado na função de interlocução económica entre o Brasil e outros espaços económicos geográficos relevantes, na Europa e em África.” (<http://dn.sapo.pt>, 08/04/2005 Acesso Abr. 2010).

De fato, o Brasil vem fortalecendo as suas ligações com a União Europeia, a partir, por exemplo, das Cúpulas Brasil – União Europeia, nas quais são discutidos temas, cuja intenção é o alinhamento, passando pela assinatura de acordos que possam beneficiar a ambos. As trocas comerciais entre o Brasil e a União Europeia tiveram aumento de 184% entre 2002 e 2008 segundo dados da Associação *Brazil Planet*, especializada em comércio exterior entre o Brasil e a União Europeia. Assim, “o intercâmbio comercial entre o Brasil e a UE elevou-se de US\$ 29,1 bilhões, em 2002, para US\$ 82,6 bilhões, em 2008, o que correspondeu a um aumento de 184 %. Apesar de o fluxo de comércio haver recuado 23% em 2009, em razão dos efeitos da crise financeira internacional, as trocas entre o Brasil e a União Europeia já cresceram 27% no primeiro semestre de 2010, evidenciando tendência de retomada

do ritmo de crescimento. Em 2008, os países da UE destinaram US\$ 21,1 bilhões ao Brasil na forma de investimentos estrangeiros diretos, o que representou 48% do total de investimentos recebidos pelo Brasil naquele ano” ([http://www.brazilplanet.nfo/Noticias/Acesso, Out., 2010](http://www.brazilplanet.nfo/Noticias/Acesso,Out.,2010)), o que coloca a UE como um dos principais investidores estrangeiros no Brasil.

Assim na IV Cúpula, foi divulgada uma Declaração Conjunta assinada pelo Brasil e a União Europeia em que são estabelecidos diversos pontos de debate, no âmbito dos

“Desafios Globais” (Assuntos Financeiros e Económicos; Desenvolvimento Sustentável, Mudança Climática, Energia e Biodiversidade) – como estas questões ficaram assim denominadas –, as Questões Regionais e Internacionais e ainda os Assuntos Bilaterais.

É de se salientar, contudo, que em parte alguma neste documento é mencionada a cooperação no espaço da CPLP, embora sejam incluídos outros blocos como o MERCOSUL, o que sinaliza a frágil participação desta comunidade no cenário da política e da economia internacional.

1. As particularidades das economias dos membros da CPLP

Devido às ligações estabelecidas historicamente com a África, cujo rompimento com a fase colonial é mais recente, Portugal ainda mantém importantes mercados nesse continente e vem manifestando interesse em explorá-los mais nos próximos anos, juntamente com o Brasil, no âmbito da cooperação técnica e também económica. De maneira geral, é possível afirmar que os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) têm suas bases económicas essencialmente no setor primário, sustentados pela monocultura para exportação e uso de recursos naturais não renováveis. Entretanto, é necessário destacar que a posição na Divisão Internacional do Trabalho vem sofrendo alterações no período mais recente, quando se verifica, por exemplo, a participação ativa de Angola na economia portuguesa.

Recentemente em Angola foram descobertas importantes jazidas de petróleo, que abriram novas perspectivas para o desenvolvimento

económico do país. Outra atividade relevante é o comércio de diamantes, que vem sendo explorado em larga escala desde o início do século XX e que já colocou Angola como o 4º maior produtor mundial. Esta atividade é, todavia, responsável por diversos conflitos territoriais e políticos no país, além de resultar em graves impactos ambientais (<http://info-angola.ao/>, Acesso Out, 2009).

Considerado como um dos países mais pobres do mundo, até o final da Guerra Civil (1975-2002), Angola experimentou, nos últimos anos, um desenvolvimento significativo, influenciado pelos benefícios económicos trazidos pela exploração extensiva do petróleo na economia do país. A indústria transformadora foi muito afetada pelo impacto dos anos de conflito, sendo basicamente controlada por refinarias estatais de petróleo e produtos relacionados, apresentando-se também expressiva no processamento industrial de baixo custo de produção, como alimentos, bebidas e têxteis.

Em termos económicos, Moçambique e Guiné-Bissau são, provavelmente, os países que apresentam maiores dificuldades, e menor desenvolvimento, refletido pelo PIB *per capita* (US\$1.100 e US\$1200) e pelo Índice de Desenvolvimento Humano entre os membros da CPLP (Tabela 1). Deste modo, estes países dependem significativamente da ajuda internacional para garantir a sustentabilidade, prover infraestrutura e qualidade de vida para a sua população (ONU, 2009).

Sobre o Timor Leste cabe destacar a população de 1,1 milhão de habitantes cujas línguas oficiais são o português e o Tétum¹, (apenas cerca de 20% população é fluente na primeira). As atividades económicas do país estão ligadas, essencialmente, a agropecuária, à criação de bovinos, à produção de café, cravo, coco, cacau e noz-moscada, além de produtos para subsistência (ONU, 2009). Atividade mais recente, porém de extrema importância para a economia e a posição política do país é a exploração do petróleo, o que permitiu, inclusive, ao Timor sinalizar pela compra da dívida portuguesa em tempos recentes².

Em suma, ao analisarmos o dinamismo da economia e dos mercados inter-CPLP, o Brasil apresenta-se como o principal polo comercial na Comunidade. “*As trocas comerciais do Brasil com os restantes sete países que*

fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP cresceram 25,6% no ano passado para o US\$4,54 bilhões. Uma evolução ao nível do crescimento do comércio brasileiro com o resto do mundo, que mostra que as economias lusófonas não ficam para trás nas opções da expansão do Brasil”(<http://eoilinguaportuguesa.blogspot.com.br/> Acesso Set, 2012).

Outra possibilidade, muito discutida e defendida, é a integração com o MERCOSUL, o que criaria uma grande área comercial e fortaleceria, principalmente, o Brasil, país-referência em ambos os blocos. As medidas incluiriam a diminuição das taxas e outros benefícios para a importação de produtos fabricados no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Os projetos almejam ainda a consolidação de um mercado inter-regional entre a CPLP, o MERCOSUL e a União Europeia, além de uma aproximação oficial com o mercado emergente da China, sobretudo na área de bicombustíveis e indústria do entretenimento.

Portugal apresenta um grande *déficit* na balança comercial com o Brasil. As exportações do Brasil para Portugal, no ano de 2011, alcançaram US\$ 2,05 milhares de milhões, enquanto as exportações de Portugal para o Brasil não alcançaram US\$ 900 milhões (Tabela 2). Essa relação de

¹ A língua tétum é falada pelo povo de Timor desde tempos remotos. Nos últimos anos ela tem sido motivo de muito debate no campo linguístico devido ao fato de ter sido adotada como língua do povo timorense ou maubere. Atualmente, cerca de 80% dos timorenses falam a língua tétum, como forma de dos vários dialetos existentes na ilha de Timor. São falados vários tipos de tétum, como o tétum praça, o tétum vulgar e o tétum terik, apesar de nenhum deles ter sido investigado linguisticamente. Há cerca de 35 dialetos em Timor Leste, falados por 35 grupos étnicos, cada um deles com características bem diferentes uns dos outros. Para além de ser pluricultural, Timor Leste é também plurilíngue (<http://timorlorosaeceara.blogspot.com.br/2009/02/lingua-tetum-em-timor-leste.html> Acesso Abril 2012)

² Ramos Horta presidente do governo de Timor-Leste afirmou em Lisboa em 30 de junho de 2011 que o seu governo “está a preparar alterações legislativas que permitam a compra de dívida soberana portuguesa a juros honestos e não especulativos”. <http://expresso.sapo.pt/timor-leste-ramos-horta-anuncia-alteracao-legislativa-para-pais-poder-comprar-divida-externa-a-portugal=f658845#ixzz27aMulIT> Acesso Set, 2012).

superávit na balança comercial por parte do Brasil acaba por acontecer em todos os países da Comunidade. (<http://dn.sapo.pt> 10/06/2009, Acesso Out,2010).

Em geral, as trocas intra-CPLP não passam de 1% do total das trocas dos seus oito países membros. Mesmo que esta estatística esteja crescendo, ela não deixa de indicar que estes países ainda mantêm relações económicas e

comerciais mais estreitas com outros países inseridos nas suas áreas regionais e/ou com as grandes potências mundiais.

O intercâmbio comercial, embora não esteja entre os principais objetivos da Comunidade, pode representar um item bastante importante para o seu sucesso. Entretanto, até o momento continua a ser uma das maiores dificuldades que terá de ser superada.

	Valor (US\$ Milhares de Milhoes)		Superávit brasileiro
	Exportações	Importações	
Portugal	2050,00	835,60	-59,24
Angola	1070,00	438,10	-59,06
Moçambique	81,20	12,40	-84,73
Cabo Verde	32,30	4,10	-87,31
Guiné-Bissau	8,80	0,18	-97,95
São Tomé e Príncipe	0,96	0,80	-16,67
Timor Leste	0,92	0,20	-78,35
Total	3244,184	1291,38	-60,19

Tabela 2. Relação da balança comercial brasileira com os restantes países membros da Comunidade.

Fonte: <http://www.mundolusiada.com.br/cplp/comercio-do-brasil-com-economias-lusofonas-cresceu-256/> Acesso Set. 2012.

2. A CPLP e as relações geoestratégicas no mundo globalizado

No campo das relações internacionais, a CPLP insere-se em diferentes contextos nos quais pretende assumir um papel de destaque e/ou de importância que a eleve a uma posição de prestígio internacional. Cabe, portanto, analisar as relações entre esta Comunidade e a União Europeia, o MERCOSUL e os países africanos, entre outros aspectos importantes a serem considerados.

Portugal procura consolidar a sua participação na UE, reafirmando a posição estratégica da sua política externa de 'ser Europa' e 'ser Atlântico', desenvolvida a partir do final da

década de 1980. Por esta posição, o país funcionaria como uma ponte entre estas duas regiões importantes em escala mundial, articulando-as de forma a fortalecer a sua posição no seio da Europa. Dessa forma, o país pretende servir-se do contato que possui com os países membros da CPLP, estendendo-o também a outros organismos e/ou blocos regionais em que estes, por sua vez, também se encontram integrados.

Apesar dessa posição estratégica interessante no contexto de um mundo globalizado, Portugal permanece numa

condição de país periférico no sistema mundial dadas, principalmente, as condições de sua economia. No momento mais recente inclusive, estampa-se essa fragilidade em virtude exatamente dessa sua condição.

No entanto, apesar da situação presente, corroboramos a opinião de Freixo (2007) quando afirma que, o fato de Portugal se encontrar integrado na União Europeia lhe proporciona renegociar o seu papel no Sistema Internacional dada sua articulação e ligações históricas e culturais com os países lusófonos no Atlântico Sul. “*Nessa perspectiva, dentro da estratégia de atuação do Estado Português na cena internacional, a sua participação no espaço comunitário europeu e a implementação de uma “política atlântica”, com a construção de um espaço da Língua Portuguesa não são excludentes – ao contrário, são complementares*”. (FREIXO, 2007, p.30).

Nesse sentido, notam-se avanços evidentes comprovados por um progressivo aumento de investimentos portugueses e europeus no espaço lusófono. Por exemplo, nas relações entre Portugal e Brasil, o montante passou de US\$ 350 milhões em 1995, um ano antes da constituição da Comunidade, para US\$ 1 milhão de milhão em 2001, apenas cinco anos depois (GONÇALVES, 2001, p. 167). Contudo, estes investimentos ainda são negociados de forma bilateral e por empresas privadas, mesmo contando com o auxílio do bloco europeu. A participação nos projetos de cooperação e de desenvolvimento regional no bloco encontra-se limitada e muito aquém do potencial que o espaço da CPLP abre.

Justifica-se, nesse contexto, a razão pela qual Portugal defende a iniciativa de expandir a

atuação da Comunidade, a princípio cultural, para esferas políticas e económicas, já que existe, neste contexto, uma inversão notável: na realidade, ao invés de Portugal ser o motor de expansão e contato da União Europeia com a África e América Latina, em especial com o Brasil e países africanos de Língua Portuguesa, o país necessita desses contatos para poder se reafirmar e encontrar o seu próprio caminho no sistema mundo. Para Freixo: “*a definição do papel internacional de Portugal passa, necessariamente pela capacidade do Estado português de utilizar em seu favor algumas possibilidades que a ordem internacional lhe apresenta*”. (FREIXO, 2007, p.29).

Pelo ponto de vista brasileiro, a CPLP oferece três principais possibilidades de integração com a estratégia da política externa deste país. A primeira consiste em estabelecer influência económica e política na África e confiança com as lideranças daqueles países, mediando os contatos para financiamento com organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A segunda pretende uma retomada da valorização do africanismo brasileiro, a fim de aproximar ambas as partes a partir de relações histórico-culturais. Por último, para elaborar uma parceria com Portugal para cooperação na África e a criação de uma “plataforma atlântica” triangulada em Brasília, Lisboa e Luanda (SARAIVA, 2001, p.74-75).

Para o Brasil, a relação política com Portugal pauta-se, também, por outros interesses, como: investimentos portugueses mais pesados no país e vice-versa; a revalorização e aprofundamento da integração das comunidades portuguesa e brasileira; e a

mediação para o reforço das relações entre a União Europeia e o MERCOSUL (SARAIVA, 2001, p.73-74).

Apesar de as relações Brasil Portugal serem interessantes, há quem afirme que “o Brasil, enquanto pólo económico emergente, perseguindo uma estratégia de inserção na economia global que não decorre de um ajustamento à pressão do seu mercado interno, por força de factores exógenos, não necessita de Portugal enquanto elemento indispensável para actuar na globalização”. (SOUZA, 2000 apud SARAIVA, 2001, p.72).

No entanto, a CPLP, também pode ser entendida para o Brasil como a possibilidade de funcionar como um espaço de intersecção de blocos, já que possui membros que pertencem ao MERCOSUL, à União Europeia e à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADCC), dentre outros blocos de menor expressão. O Brasil reafirma, ainda, a sua posição estratégica para a abertura de uma cooperação Sul-Sul no campo da economia (ainda não muito expressiva), defesa e da segurança do Atlântico Sul, fundamentais a concretização da geoestratégia brasileira nesta área.

O Brasil tem demonstrado pretensões de se tornar uma referência e uma liderança no Atlântico Sul, não apenas no campo económico, mas também no campo da defesa militar, da política e da diplomacia internacional, o que faz com que os países membros da CPLP tenham papel importante para o país: o de dar suporte e declarar o seu

apoio internacional para que o Brasil alcance essa condição em termos internacionais, expressa, por exemplo, na disputa pela vaga no Conselho Permanente de Segurança da ONU³.

Existe uma reforma prevista, proposta pelo antigo Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, que prevê a inclusão de dois membros da Ásia, um da América Latina, um da Europa Central e um da África como membros permanentes no Conselho de Segurança. Esta discussão resulta dos questionamentos em torno do alinhamento deste Conselho à realidade da nova ordem mundial e tem com propósito reequilibrar a representatividade dos membros, dos continentes e das forças políticas em jogo, neste órgão. Entretanto, em vista das várias resistências, sobretudo entre os países envolvidos em cada continente ou região, entre outros fatores, a reforma até o momento não ocorreu.

Segundo o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, António Patriota, durante a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, “a ideia é que apoiemos mutuamente nossas candidaturas. À medida que um país da nossa família se candidate a uma vaga em organismo internacional vai ter nosso apoio”. (<http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=9738112&canal=159> >. Acesso Out., 2010.).

Como parte desta estratégia, em outubro de 2010, e com o apoio dos países membros da Comunidade, Portugal foi eleito membro

³ O Conselho de Segurança é um órgão da ONU, formado por 15 membros, cinco dos quais permanentes - Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia (ex-URSS) e China – e os restantes 10 apresentam uma rotatividade, sendo eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de dois anos.

rotativo do Conselho de Segurança da ONU, trazendo prestígio e atenção da comunidade internacional, não só para a diplomacia do país, como também para a própria CPLP e para o projeto brasileiro.

Por outro lado, o Brasil não encontra completo apoio regional, no âmbito da América Latina para a sua candidatura a membro do Conselho de Segurança sendo rebatida, por exemplo, pela Argentina. Este país recebe que a hegemonia brasileira se consolide na disputa de forças do Atlântico Sul, na qual ela também almeja alcançar papel de destaque. Por sua vez, os países africanos e o país asiático constituintes da CPLP, possuem perspectivas e expectativas diferentes dos dois principais países da organização no que se refere ao projeto da Comunidade.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que a Comunidade ainda é vista por muitos destes países como uma nova versão do projeto do Império Colonial Português, gerando desconfiança, justificada por várias ‘feridas ainda não fechadas’ do período do colonialismo, ainda muito recente (FREIXO, 2007, p. 41-42).

O conjunto dos Países Africanos de Língua Portuguesa – PALOP ainda convive com resquícios das guerras coloniais que assolaram os seus territórios, nas dimensões econômica, social e também política, deixando-os com frágeis democracias nacionais e delicadas representatividades internacionais.

Para, além disso, é necessário ter em atenção que existem “*outros aspectos que devem ser levados em conta são aqueles que envolvem questões identitárias e culturais bastante importantes como, por exemplo, o fato de que*

em boa parte dos PALOP a Língua Portuguesa é menos falada do que as línguas “crioulas” ou de origem africana” (FREIXO, 2007, p.47)

De maneira geral, o que mais lhes interessa, neste momento, é procurar parcerias com órgãos internacionais e países dispostos a financiar a resolução dos seus problemas sociais e proporcionar o desenvolvimento econômico.

Neste sentido, a CPLP ainda não se destaca como uma coligação com grande potencial para estes países, já que “*Portugal, que se constitui no principal actor da Comunidade e a parte mais interessada na consolidação da mesma, não tem condições materiais (apesar de suas grandes pretensões) de fornecer a cooperação requerida pelos PALOP, o outro grande ator da CPLP – o Brasil – não a tem como prioridade além de também não possuir grandes condições de investir na África, como desejam e necessitam esses países”* (FREIXO, 2007, p. 46).

Para contornar este obstáculo, o Brasil vem fornecendo investimentos seletivos na região, estabelecendo parcerias pontuais nos campos da cooperação econômica e política. Por exemplo, recentemente, foi divulgada a assinatura de um acordo em que o Brasil, juntamente com a União Europeia, colaboraria para o desenvolvimento da produção de etanol e pinhão-manso no país, resultado das propostas de promoção de energias renováveis na África, apresentadas na IV Cúpula Brasil - UE.

Segundo o Acordo, o Brasil entrará com a cooperação técnica e a experiência, beneficiando-se da exportação para os mercados europeus a taxas muito menores do

que os produtos produzidos em seu próprio território. A União Europeia utilizar-se-á da compra deste combustível para alcançar a meta a que se propôs: que 10% de toda a energia consumida na EU, provenha de fontes renováveis, até o ano de 2020. Contudo, algumas organizações internacionais criticaram o Acordo, argumentando que *“usar milhares de hectares de terra agrícola para plantações de jatrofa [pinhão-manso] e cana-de-açúcar em Moçambique, um país que sofre de fome permanente, para cultivos destinados a abastecer carros europeus, é imoral e perverso”* (<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/766851-ong-critica-acordo-brasil-ue-para-etanol-em-mocambique.shtml>. Acesso Out. 2010).

Apesar desses esforços no sentido de dar coesão ao grupo, algumas iniciativas parecem fluir em sentido contrário: vêm sendo estabelecidas parcerias exteriores à CPLP, como, por exemplo, a adesão de um dos próprios Estados lusófonos, Moçambique, ao Commonwealth of Nations – organização dos países que mantêm laços históricos com o Reino Unido – mesmo este país não possuindo tais laços. Portugal vem mantendo uma posição neutra em relação a essas estratégias o que, segundo alguns analistas pode significar um risco de se mostrar enfraquecido, sem ter uma função definida e sem oferecer vantagens comparativas, nem na própria Europa, nem na CPLP.

IV. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: desafios e perspectivas

Entre os desafios colocados ao sucesso da CPLP está a necessidade de maior divulgação da Comunidade no cenário internacional e entre os seus próprios membros. Esta divulgação permitiria a interação com novos parceiros, a fim de colaborar no financiamento dos seus projetos, já que Portugal e Brasil (menos ainda os países lusófonos africanos) ainda não têm condições suficientes que garantam o suporte à Comunidade na sua totalidade. *“A CPLP ainda é pouco conhecida – apenas em 1999 e, mais recentemente, em 2000-, o Secretariado Executivo da Comunidade assinou convênios e protocolos de cooperação com outros organismos internacionais, garantindo melhores condições financeiras e técnicas para a cooperação em benefício dos países membros”*. (ABREU, GALA, FERNANDES, 2001, p. 96).

Atualmente, a Secretaria Executiva já possui contatos e acordos firmados com diversas organizações internacionais, classificadas como Observadores Consultivos, mas que ainda precisam ampliar a sua atuação com projetos e financiamentos internos à CPLP. Por outro lado existe a necessidade de aumentar a divulgação no cenário internacional das ações e projetos da Comunidade de forma a consolidar sua legitimidade perante o sistema internacional.

Sem dúvida um das maiores deficiências para a consolidação da Comunidade e o seu sucesso é o desconhecimento mútuo entre as nações que a compõem. Embora o meio técnico informacional contemporâneo tenha permitido um contato muito mais denso em tempo simultâneo, ainda prevalece o descompasso entre os tempos em seu sentido cultural e político entre as nações componentes. Embora Brasil e Portugal

estejam mais à frente nesse processo, os demais países componentes demandam investimentos muito mais expressivos no sentido de superarem essas “distâncias”.

Destarte, reafirma-se a importância não só da formulação e execução de projetos culturais e da própria difusão da Língua Portuguesa no espaço comunitário – objetivo maior da construção da CPLP – assim como, a elegibilidade de outras temáticas que possam expandir a dimensão linguística da comunidade, por exemplo, a luta contra o racismo, a violência contra mulheres e crianças e o combate à corrupção. Também surge como possibilidade a elaboração de um projeto que colabore com o desenvolvimento e com a superação das guerras coloniais nos PALOP.

Ainda sobre o papel e importância da Língua Portuguesa, é possível afirmar que ela é *“o traço de união que confere identidade aos membros da CPLP, é natural que a Comunidade se dedique a valorizá-la e a difundir-la. A implementação do ILLP e do Acordo Ortográfico são etapas cruciais dessa tarefa”* (SÁ PIMENTEL, s/d apud FAULSTICH, 2001, p.140-141).

Outro desafio encontrado pela CPLP é sobre a sua própria organização institucional,

que conta com uma estrutura insuficiente e quadro profissional instável, mas que, ao mesmo tempo, deve provar a sua capacidade de gestão e implementação dos projetos (ABREU, GALA, FERNANDES, 2001, p. 96).

É bastante importante o aprofundamento das relações político – diplomáticas bem como da cooperação estratégica⁴. Os intercâmbios e os mecanismos de consulta para estreitamento dos laços da cooperação técnico-científica e da cooperação económica sem dúvida são fatores de suma importância no sentido de permitir o sucesso do empreendimento. Brasil e Portugal, embora ainda não se tenham conseguido mobilizar para realizar projetos em conjunto no campo da cooperação e até agora tenham priorizado os acordos bilaterais, têm amplo campo para se desenvolverem dentro da Comunidade, uma vez que ela apresenta diversas necessidades que vão da formação de recursos humanos, transferência de tecnologia e do controle dos impactos ambientais até obras pesadas de engenharia e montagem de equipamentos. *“Não obstante, fica um espaço apreciável pra aumentar as relações económicas entre os países da CPLP, que seria um erro não aproveitar. Duas atitudes têm de ser evitadas para não falsear o relacionamento. Do lado do Brasil e de Portugal, a África*

⁴ Surgiu a notícia recentemente (2012-05-18, Jornal o Sol), que a CPLP pretende criar um Fundo de Investimento para reforçar as bases da «lusofonia económica», que segundo Álvaro Santos Pereira (ministro da economia de Portugal) é «fundamental não só para o aprofundamento das relações entre os países, mas também para a Internacionalização» das suas economias (<http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId=%7B217C3ED5-63E2-4C85-B0EDB7CE7DE0F559%7D>). Acesso, Set. 2012) Numa outra notícia recente (Revista CPLP, 2012 p.13) constata-se que a CPLP considera de grande importância desenvolver iniciativas específicas que promovam o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos por meio da cooperação internacional; ideia que tem como objetivo fundamental proporcionar maior projeção da CPLP no cenário internacional e assegurar e/ou ampliar as suas Zona Económica Exclusiva - ZEE. De fato, os ministros responsáveis pelos Assuntos do Mar, em reunião realizada em Luanda, declararam que *“os Estados-membros querem ver um maior alargamento da partilha de informação e conhecimento sobre os Oceanos da CPLP, a dinamização de uma rede de cooperação e troca de informação entre os Estados membros, que se consubstanciará no Plano de Acção que contemple a identificação das valências e necessidades de cada Estado membro”* (Revista CPLP, 2012, p.13)

não pode ser terreno para colocação de produtos excedentários e obtenção de retornos imediatos; do lado africano, Brasil e Portugal não podem ser meros provedores de ajuda, serviços gratuitos e créditos de risco exagerado. Fixando com clareza definições e objetivos sobre cooperação e relações económicas internacionais, é possível um programa de promoção mútua". (GONÇALVES, 2001, p.169).

Sobre o relacionamento entre os membros da CPLP, ainda há mais uma dificuldade, uma vez que os outros países, senão Portugal e Brasil, ainda não consolidaram a sua adesão com ações concretas e, certas vezes, ainda agem com indiferença e/ou desconfiança para com o projeto proposto por ela. No entanto, é um dos aspectos que tem vindo a ser superado já que, como afirma Domingos Simões Pereira (2012), ao longo do seu percurso os países que a constituem foram descobrindo e aprendendo que a CPLP constitui uma organização única *"difícil ou talvez mesmo impossível de se comparar a qualquer outra porquanto assente na premissa da afirmação soberana de cada um dos Estados membros em igualdade de circunstâncias; que recusa consciente e voluntariamente qualquer 'metrópole que irradie às periferias' ou uma 'locomotiva que carregue os vagões'; que não concorre com as organizações regionais dos seus respetivos Estados membros,*

mas vê nestes janelas de oportunidades para a integração e desenvolvimento de espaços globais e inclusivos; cujo âmbito de intervenção se vai definindo e alargando em função da construção democrática dos seus Estados e do amadurecimento das respetivas sociedades civis" (PEREIRA, 2012, p.4-5).

Infelizmente, a iniciativa da criação da CPLP não se vem afirmando num ritmo que permita em breve a sua consolidação. Entre os resultados positivos deve ser apontado o das negociações políticas e diplomáticas principalmente no que se refere aos PALOP, como, por exemplo, as crises de Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, de Angola. A visibilidade dada ao caso do Timor Leste também deve ser destacada.

Em suma, mesmo que haja pequenos avanços em algumas propostas e vitórias em alguns desafios, ainda há um longo caminho a ser trilhado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa nos próximos anos. Este caminho a ser percorrido será fundamental para a sua consolidação e para a criação de uma identidade que a represente no contexto de um mundo globalizado, e que, ao mesmo tempo, garanta que seu potencial seja traduzido em ganhos para os povos e comunidades de cada um dos países que constituem a CPLP assim como para o seu conjunto.

Referências

- ABREU, Alice Pessoa de; GALA, Irene Vida; FERNANDES, Márcio de Paula (2001) – Cooperação: um dos pilares da CPLP, In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política*. Brasília. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), p. 79 – 104.
- ANDRADE, Manuel Correia (2001) - *Geopolítica do Brasil*, Campinas, Papyrus, 88p.

- CPLP (2012) – Defesa do mares na projecção da CPLP, *Revista CPLP*, nº1, Jul-Set., 2012, Lisboa, ISSN 2182-2620, p. 13.
- FAULSTICH, Enilde (2001)- CPLP: um lugar de falas múltiplas, In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política*. Brasília. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), p. 105 – 144.
- FREIXO, Adriano de (2007) - *Minha Pátria é a Língua Portuguesa: a construção da idéia de lusofonia em Portugal*. Tese de Doutorado em História Social. UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- GONÇALVES, José (2001) - Relações Econômicas e Cooperação na CPLP, In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política*, Brasília. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), p. 145 – 172.
- HAESBAERT, Rogério. GONÇALVES, Carlos Walter Porto (2006) - *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora Unesp, 157p.
- HOBSBAWM, Eric (1995) - *Era dos extremos: o breve século XX, 1014-1991*, São Paulo, 585p.
- ORTIZ, Renato (2000) - *Mundialização e Cultura*. São Paulo. Editora Brasiliense, 234p..
- PEREIRA, D. Simões (2012) – A CPLP é única, *Editorial, Revista CPLP*, nº1, Jul-Set., 2012, Lisboa, ISSN 2182-2620, p. 4-5
- SARAIVA, José Flávio Sombra (org) (2001) - *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política*. Brasília. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI).

Sites consultados

<http://dn.sapo.pt>
<http://eoilinguaportuguesa.blogspot.com.br/>
<http://expresso.sapo.pt/>
<http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi/>
<http://timorlorosaeceara.blogspot.com.br>
<http://www.brazilplanet.info/Noticias>
<http://www.embassyportugal.se/>
<http://www.indexmundi.com/>
<http://www.mundolusiada.com.br/cplp/>
<http://www.pnud.org.br>
<http://www.portugalglobal.pt/>
<http://www1.folha.uol.com.br/>
www.info-angola.ao
www.portugaldigital.com.br/
www.un.org/